



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

## **A revista *A Escola* frente à nomeação e atuação do Ministro Leôncio de Carvalho em 1878**

The periodical *A Escola* in response to the appointment and actions of Minister Leôncio de Carvalho in 1878

### **Bruna Teixeira Carneiro**

Orcid: 0000-0002-2567-375X

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Brasil, Email: [bruna.es.br@gmail.com](mailto:bruna.es.br@gmail.com)

### **Milene Moraes de Figueiredo**

Orcid: 0000-0002-1566-9204

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil, Email: [milene.mfigueiredo@gmail.com](mailto:milene.mfigueiredo@gmail.com)

### **Larissa Oliveira Machado**

Orcid: 0009-0007-9177-1941

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil, Email: [profa.larissamachado@gmail.com](mailto:profa.larissamachado@gmail.com)

**DOI:** 10.21680/2596-0113.2026v9n1ID42283

**Citação:** Carneiro, B. T., Figueiredo, M. M. de, & Machado, L. O. (2026). A revista *A Escola* frente à nomeação e atuação do Ministro Leôncio de Carvalho em 1878. *History of Education in Latin America - HistELA*, 9(1), e42283. <https://doi.org/10.21680/2596-0113.2026v9n1ID42283>

**Conflito de Interesses:** As autoras afirmaram não possuir interesses concorrentes.

**Editora:** Olivia Morais de Medeiros Neta

**Received:** 30/11/2025

**Approved:** 21/04/2026

**OPEN ACCESS**

## Resumo

Este artigo analisa treze textos publicados no impresso *A Escola* em 1878, que se dirigiam a Leôncio de Carvalho após sua nomeação como Ministro do Império. Partindo dos pressupostos da Nova História Cultural, o estudo mobiliza os conceitos de representações (Chartier, 1990), tática e estratégia (Certeau, 1994), e o paradigma indiciário (Ginzburg, 1999) como orientação metodológica para a leitura das fontes. Busca compreender como o periódico *A Escola*, ao se apresentar como órgão representante do magistério, contribuiu na construção e circulação de discursos que ora expressavam expectativas em relação à atuação do novo Ministro, ora denunciavam problemas recorrentes da instrução pública. A análise evidenciou como esse impresso procurou intervir no debate educacional do período, alternando entre o entusiasmo inicial pela possibilidade de reformas e a posterior frustração diante da ausência de medidas concretas por parte do novo Ministro. Nesse sentido, o estudo ilumina as tensões que atravessaram a educação imperial e destaca o papel da imprensa pedagógica como espaço de circulação de ideias, de disputas e de intervenção política do magistério.

**Palavras-chave:** Imprensa pedagógica. Instrução pública. *A Escola*.

## Abstract

This article analyzes thirteen texts published in the periodical *A Escola* in 1878, addressing Leôncio de Carvalho after his appointment as Minister of the Empire. Based on the assumptions of the New Cultural History, the study mobilizes the concepts of representations (Chartier, 1990), tactics and strategies (Certeau, 1994), and the evidential paradigm (Ginzburg, 1999) as methodological orientation for the reading of the sources. It seeks to understand how *A Escola*, by presenting itself as a representative body of the teaching profession, contributed to the construction and circulation of discourses that at times expressed expectations regarding the new Minister's actions, and at other times denounced recurrent problems in public instruction. The analysis reveals how the periodical sought to intervene in contemporary educational debates, oscillating between initial enthusiasm over the possibility of reforms and subsequent frustration at the lack of concrete measures by the new Minister. Therefore, the study sheds light on the tensions that permeated imperial education and highlights the role of pedagogical press as a space for the circulation of ideas, disputes, and political intervention by the teaching profession.

**Keywords:** Pedagogical press. Public instruction. *A Escola*.

## Introdução

Na segunda metade do século XIX, durante o Brasil Império, o sistema de ensino nacional tornou-se tema central dos debates políticos e intelectuais. O país se encontrava em um momento de transição, marcado pela busca da modernidade, com forte apelo liberal e positivista, inspirada, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos. Influenciados por ideais de civilidade e ordem social, intelectuais brasileiros acreditavam que, em um país ainda fortemente marcado pelo analfabetismo, era urgente que se investisse na educação pública, pois somente por meio do ensino seria possível alcançar o progresso moral e material tão almejados pela nação (Saviani, 2007).

Com os debates a respeito da iminente abolição da escravidão, a instrução pública brasileira, foi tomada como uma maneira da nação “na modernidade, por meio da preparação da população para as exigências e novidades de um mundo onde o trabalho livre e o progresso tecnológico passam a ser vistos como determinantes para um bom posicionamento do país” (Basso, 2005, p. 76).

Nesse contexto, diversos movimentos de reforma surgem no final do século XIX, especialmente a partir da década de 1870.<sup>i</sup> Dentre elas, a *Reforma Leôncio de Carvalho* instituída pelo Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Inspirada em princípios de racionalização, moralização e, principalmente, de ampliação do acesso à instrução, essa iniciativa reformou o ensino primário e secundário do Município da Corte, assim como o ensino superior em todo o Império, provocando intensas discussões acerca do papel do Estado na educação, bem como sobre a formação do magistério e os caminhos a serem tomados pela escola pública brasileira.

A *Reforma Leôncio de Carvalho*, bem como outras que aconteceram ao longo do tempo, configuram um processo histórico contínuo, em que cada marco legal se relaciona com os anteriores, formando uma trajetória de modernização gradual da educação brasileira e sempre mantém seu objetivo na busca por um equilíbrio entre autonomia individual e controle moral, entre liberdade de ensino e vigilância estatal. Dessa forma, essa reforma não foi apenas um conjunto de medidas administrativas sobre o ensino, mas constituiu um projeto civilizatório, um dispositivo legal que articulou uma visão de modernização do Estado e da sociedade imperial por meio da escola primária, fazendo convergir o governo da escola com o governo da população.

No entanto, no período que antecedeu a promulgação da reforma, os debates sobre a necessidade de se repensar a educação do Império já ocorriam a todo vapor, articulados por diversos intelectuais e figuras políticas, em diferentes espaços. Um dos meios privilegiados para essas discussões era a imprensa periódica, que ocupava um lugar central na externalização não apenas de informações para a sociedade da época, mas também como propulsora e formadora de opinião política. Uma de suas variantes, a imprensa pedagógica, merece ainda maior atenção. Os impressos pedagógicos foram importantes veículos de difusão de ideias educacionais, atuando, muitas vezes, na defesa do magistério e fazendo circular propostas de reforma.

Dentre os periódicos que surgiram com esse fim, a revista *A Escola – Revista de Educação e Ensino* se destacou como um espaço privilegiado para o debate sobre o ensino, a crítica ao Estado e a reclamação de melhores condições de trabalho pelos professores do Ensino Primário. Na Carta Constitucional do impresso, que se auto proclamava o primeiro de cunho pedagógico de caráter nacional<sup>ii</sup>, publicada na edição de 1877, é possível encontrar as justificativas para a sua criação. Os articuladores afirmaram que, dentre os diversos meios empregados pelas “nações sabiamente governadas, para derramamento dos conhecimentos pelas massas” (*A Escola*, 1877, p. 8), a imprensa pedagógica nascia para ocupar um lugar distinto, constituindo um elemento indispensável para fazer circular, em todo território nacional, notícias diárias sobre os avanços no campo educacional, alcançando até mesmo aqueles docentes alocados em regiões mais distantes do país.

*A Escola* também denunciava que, naquele “atrasado” cenário brasileiro, ainda não havia qualquer iniciativa dessa natureza, o que seria um dos principais motivos para o insucesso educativo. Nas palavras dos editores: “não figurou, nem mesmo com modesta aparência, aquilo que se julga o primeiro passo para a difusão das luzes e da educação, - a imprensa pedagógica... E não figurou porque não existe no Brasil” (*A Escola*, 1877, p. 9). Nesse sentido, a publicação da revista teria o intuito de suprir essa lacuna que impossibilitava à categoria docente estar atualizada sobre as

questões educacionais nacionais, disponibilizando, diariamente, arquivo das leis e decretos relacionados à educação pública, notícias sobre os avanços e conquistas na área educativos, além de atuar como um “órgão franco” para os professores brasileiros, dos quais o impresso esperava um retorno positivo em termos de apoio e suporte.

Dentre as publicações do periódico, era uma constante a veiculação de decretos e leis que tratavam do ensino público. Estes, por sua vez, eram acompanhados, muitas vezes, de críticas e/ou denúncias sobre o seu não cumprimento. Gondra (2015), por exemplo, relatou um caso em que a revista publicou o Decreto 6397 (30/11/1976), relativo à criação de duas escolas normais primárias no município da Corte. De acordo com o autor, “Tal decreto ocupa a quase totalidade do número inaugural, atestado do relevo do tema da normalização dos professores para a nascente revista [...]” (Gondra, 2015, p. 111). Diversos números que sucederam a publicação do decreto confirmavam essa ideia, pois denunciavam que ele não era cumprido e criticavam o governo.

Nesse sentido, *A Escola* se colocava em uma posição de defesa do professorado brasileiro, buscando ser vista como uma tribuna para quaisquer questões e problemas relativos à instrução pública do período. Assim, compreendemos que, naquele momento, a revista assumia um papel social importante ao fazer circular ideias e debates educacionais, colocando-se como representante da classe docente e como defensora da educação popular, ao ver nela o princípio do progresso nacional tão almejado.

*A Escola* já expressava, desde 1877, ano de sua fundação, preocupações com a necessidade de uma reforma educacional no Império, especialmente após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, que declarava livres os filhos de mulheres escravizadas, nascidos a partir desta data. Em uma matéria intitulada “Vinte e oito de Setembro”, publicada na terceira edição de 1877, ao mesmo tempo em que celebrava a liberdade e exaltava os patriotas que contribuíram para a lei, a revista ressaltava a importância de educar essas crianças nascidas livres, referidas como “ingênuos”. Nas palavras dos editores: “O que cumpre, pois, é fazer uma reforma radical e racional no ensino publico, que tanto insta por ella, reforma em que a practica e a experiencia dos profiissionais representem o principal papel [...]” (*A Escola*, 1877, p. 113).

Em 1878, com a nomeação de Leôncio de Carvalho como Ministro do Império, informação noticiada na segunda edição do mesmo ano na revista com forte entusiasmo e alto teor esperançoso, *A Escola* passou a direcionar as suas expectativas ao novo Ministro, esperando que ele fosse capaz de concretizar as mudanças consideradas como essenciais para a educação. No entanto, no decorrer do ano, o impresso passa de um discurso positivo para um que demonstra decepção e indignação, expressando, por meios de textos direta ou indiretamente direcionados ao Ministro, sua frustração com a ausência de mudanças efetivas, e denunciando os recorrentes problemas na instrução pública<sup>iii</sup>.

Diante desse cenário, neste artigo, nos propomos a analisar treze textos publicados na revista carioca *A Escola* ao longo do ano de 1878, que se dirigiam Leôncio de Carvalho, após sua nomeação como Ministro do Império em janeiro do mesmo ano. Assim, buscamos observar como os discursos veiculados no periódico oscilavam entre a expectativa de uma possível mudança com a chegada do novo Ministro e a cobrança por medidas concretas de aperfeiçoamento da educação por parte dele, refletindo as tensões em torno da instrução pública do período.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: no tópico a seguir, apresentamos os caminhos teórico-metodológicos que guiaram o desenvolvimento do estudo; posteriormente, nos dedicamos à análise e problematização dos nossos achados. Para tanto, dividimos nossa análise em três momentos: 1) discutimos a imprensa pedagógica e o papel desempenhado por *A Escola* nesse campo; 2) examinamos as expectativas manifestadas pelo periódico diante da nomeação de Leôncio de Carvalho como Ministro do Império em 1878; e 3) analisamos as críticas apresentadas sobre a administração do novo Ministro.

## Referencial teórico-metodológico

Para este estudo, optamos por uma abordagem baseada no método da pesquisa histórica. Seguindo a perspectiva da Nova História Cultural, com foco nas práticas de apropriação como meio de compreender a especificidade das práticas sociais. Essa vertente atual da História Cultural se propõe a desvendar a realidade do passado por meio das suas representações (Pesavento, 2008).

Ao utilizarmos essa abordagem, nos propomos a analisar treze textos publicados na revista carioca *A Escola* ao longo do ano de 1878, que interpelavam o Ministro do Império, Leôncio de Carvalho, após sua nomeação. Procuramos, portanto, compreender as formas pelas quais os indivíduos, autores e editores, se expressaram na revista *A Escola*, por meio de discursos direcionados ao Ministro Leôncio de Carvalho, revelando, dessa maneira, as percepções e visões de mundo que buscavam propagar por meio do impresso. Almejamos, dessa forma, adentrar nas subjetividades e compreender melhor as dinâmicas sociais, as práticas cotidianas e as construções simbólicas que moldaram determinado contexto histórico.

A respeito da nossa fonte, *A Escola* foi um impresso comercial, que circulou entre janeiro de 1877 e junho de 1878. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, era publicada todos os sábados, somando um total 78 números no período de sua existência (Gondra, 2015). Foi dirigida por Antônio Estevão da Costa e Cunha e contava com o apoio do deputado e membro do Partido Conservador Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira, e dos professores Joaquim José de Amorim Carvalho e Augusto Candido Xavier Cony (Borges & Lemos, 2009).

Para a análise, consideramos a perspectiva compartilhada por Bloch (2001), que nos alerta sobre a necessidade de nos afastarmos dos eventos e fatos em si e adotarmos uma postura crítica em relação aos documentos históricos, pois, segundo o autor, cada documento carrega consigo as intenções e perspectivas de quem o produziu. Assim, percebemos a revista *A Escola* como um dispositivo social que têm o propósito de moldar a maneira como pensamos a realidade, sendo essa moldagem definida pelas pessoas responsáveis por sua organização e consideradas capazes de determinar o conteúdo que merece reconhecimento e deve ser acessado pelos leitores, bem como o que deve ser “silenciado”, ficando de fora das publicações.

Utilizamos o conceito de *lutas de representações* (Chartier, 1990) para compreender a circulação da educação como um tema de debates na revista *A Escola*, especialmente nos manifestos publicados pelo impresso, que eram direcionados ao Ministro do Império, Leôncio de Carvalho. Para tanto, assumimos a ideia de que um contexto social é criado, matutado e disseminado por indivíduos, disputando o campo e fazendo uso de mecanismos que põem em circulação pensamentos, normas e regras. Desse modo, apoiando-nos em Chartier (1990), não concebemos os materiais encontrados como neutros, visto que estes geram métodos estratégicos e ações que comumente tentam a imposição do poder por meio do menosprezo de outros, assim

como possibilitam a legitimação de um projeto de reformulação ou a justificativa, para cada indivíduo, de suas preferências e do seu comportamento.

Nesse contexto, também nos apoiamos nos conceitos de *tática* e *estratégia* de Certeau (1994) para compreender as relações estabelecidas entre a revista *A Escola* e o poder imperial. Assim, entendemos que esse impresso, isento do poder de decisão e interferência direta na organização da instrução pública, pertencente ao Estado, recorreu a determinadas práticas discursivas, aqui entendidas como táticas, para tentar influenciar o Ministro do Império e propor mudanças que beneficiariam à classe docente.

Ao partirmos da ideia de que as revistas desempenham um papel fundamental, apresentando os temas considerados importantes para serem discutidos na sociedade, entendemos que elas podem revelar os conhecimentos relacionados à prática pedagógica dos professores. Analisar as publicações da revista *A Escola* se torna, dessa forma, uma abordagem eficiente para compreender as práticas de representação de homens e mulheres ao longo do tempo, buscando destacar o processo de produção e organização de conhecimento na área da Educação.

Por fim, ao analisarmos a revista *A Escola*, também mobilizamos as possibilidades metodológicas do paradigma indiciário (Ginzburg, 1999). A partir dessa abordagem, tentamos identificar os *sinais* e *pistas* presentes em nossa fonte, a fim de compreender os sentidos e significados propostos pelos seus autores e editores em relação ao tema da educação e à atuação do novo Ministro do Império, Leôncio de Carvalho. Dessa maneira, intencionamos compreender como esses sujeitos pensavam a questão educativa e buscavam divulgá-la para a sociedade naquele período, por meio dos textos selecionados e publicados no periódico, analisando os posicionamentos da revista após a nomeação de Leôncio, que refletiram as tensões em torno da instrução pública.

## **A imprensa pedagógica como campo de disputas: o papel de A Escola**

Os impressos periódicos representaram, durante muito tempo, mais do que meros instrumentos de comunicação: serviram como um espaço de circulação e legitimação de ideias, dispositivos através dos quais se promovia e/ou discutia temas considerados relevantes para a sociedade. A imprensa pedagógica, por sua vez, tinha um público muito bem definido: professores, alunos e todos aqueles interessados nas questões educativas.

De acordo com Catani e Bastos (2002, p. 5), a imprensa pedagógica era:

[...] feita por professores para professores, feita para alunos e seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja – contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, as práticas educativas.

Nesse sentido, esse tipo específico de impresso exerceu uma função essencial na formação da opinião pública a respeito do tema educativo. Suas ideias não eram neutras, mas fruto de projetos políticos-ideológicos de sua época, auxiliando, assim, na sedimentação de determinados modelos no meio social.

No contexto do Segundo Reinado, o surgimento da imprensa pedagógica acompanhou a ampliação da esfera pública letrada e a politização da questão

educacional, servindo como porta-voz para a classe docente, pois os professores buscavam reconhecimento social e melhores condições de trabalho. Como o Estado centralizava a educação, publicar críticas ou propostas em revistas era uma forma de fazer circular as informações e pressionar o governo. Nesse sentido, as revistas educacionais se tornaram instrumentos de denúncia da precariedade do ensino e de defesa das escolas normais, assim como de reivindicação de melhores salários e possibilidades de formação docente, e difusão de projetos de modernização escolar. Era uma maneira indireta, mas eficaz, de intervir no debate público e influenciar decisões governamentais.

Inserido nesse panorama político e educacional, o impresso pedagógico *A Escola* (1877-1878) surge com o objetivo de discutir questões pedagógicas, métodos de ensino e, principalmente, a necessidade de uma modernização do ensino primário, alinhado aos modelos estrangeiros. Esse periódico teve um papel político importante de fazer circular matérias relativas à educação, atuando como um espaço de crítica às deficiências do ensino primário, denunciando a precariedade das escolas e a formação insuficiente dos professores (Ribeiro, 1993).

*A Escola* pretendia ser um espaço em que professores pudessem publicar opiniões, críticas e propostas pedagógicas sem depender de instituições políticas ou religiosas, se apresentando como um “órgão franco dos professores”. Essa expressão aparece em sua apresentação editorial, junto com a indicação dos objetivos da revista, evidenciando a forma como os editores desejavam que *A Escola* fosse concebida. De acordo com Farias, Moura e Miguel (2019, p. 140),

O primeiro número afirmava que o objetivo da escola se decompõe em três ideias capitais: ministrar um meio de instrução às classes menos favorecidas pela fortuna; reunir, para o professorado, as notícias, informações e esclarecimentos ...; defender os direitos e legítimos interesses do magistério, público e particular.

Ao se declarar um “órgão franco”, *A Escola* criticava o excesso de tutela estatal, bem como a interferências políticas nas nomeações de professores e diretores e nas decisões educacionais tomadas sem consulta ao magistério. Assim, o impresso se colocava como parte das iniciativas que buscavam modernizar a educação primária, a formação de professores e a cultura pedagógica, servindo como um mecanismo de legitimação dos modelos educacionais e como voz para o magistério (Gondra, 2015).

A revista denunciava a falta de escolas suficientes, a situação precária dos edifícios em que as aulas ocorriam, a inexistência ou fragilidade das Escolas Normais para formar mais professores, a falta de cursos de aperfeiçoamento, e a centralização do ensino nas províncias sem apoio real, dentre outros problemas. Dessa maneira, esse impresso assumia um papel combativo na defesa do ensino público, especialmente o primário. Para corroborar com isso, seus editores argumentavam que, embora ainda dentro do ideário do século XIX, a educação deveria alcançar as classes menos favorecidas, pois o progresso nacional dependia da formação geral da população, além de que cabia ao poder público organizar sistemas de ensino mais eficientes.

Nesse sentido, *A Escola* adotava um discurso fortemente alinhado às ideias de progresso, civilização e racionalidade, influenciado pelo positivismo e pelas reformas pedagógicas europeias. Defendia que a educação deveria ocupar um papel de destaque nas discussões e ações políticas brasileiras, pois só assim seria possível alcançar o almejado progresso nacional, já experimentado por outros países, especialmente em um Brasil ainda marcado pelo atraso escolar e pela fragilidade das políticas educacionais do Império. Assim, os editores defendiam a adoção de métodos modernos de ensino, como o método intuitivo, ao mesmo tempo em que denunciava

a precariedade das escolas, a baixa formação docente e a insuficiência do investimento estatal no ensino primário.

Como afirmou Gondra (2020, p. 62), “A imprensa periódica especializada representa uma via importante para a homogeneização cultural, e A Escola é um exemplo de como a imprensa pedagógica foi usada para impor modelos pedagógicos e identidades profissionais.” Desse modo, *A Escola* não apenas registrou debates, mas contribuiu para a construção e circulação de uma cultura pedagógica que buscava se firmar no Estado imperial.

Ao publicar reivindicações do magistério, difundir métodos de ensino considerados modernos para o período, e problematizar as ações do governo, o periódico *A Escola* auxiliou fortemente na constituição e defesa de uma identidade profissional docente, exemplificando o modo pelo qual os impressos pedagógicos operaram como veículos de informação, espaço de debates e ferramentas de intervenção pública, revelando as tensões e os projetos que marcaram a formação da escola moderna no Brasil império.

## **A nomeação de Leôncio de Carvalho e as expectativas pela melhoria da instrução pública brasileira**

Toda despesa feita com a instrução do povo importa na realidade uma economia porque [...] aquilo que o Estado despense com as escolas poupa em maior escala com os asilos, os hospitais e as cadeias.

Carlos Leôncio de Carvalho

Carlos Leôncio de Carvalho, nascido em 18 de junho de 1847, em Iguaçu, província do Rio de Janeiro, foi um advogado, professor e político brasileiro. Formou-se em Direito em 1868 na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o grau de doutor no ano seguinte. Em 1871, prestou concurso para professor na mesma faculdade, recebendo aprovação. Foi nomeado membro catedrático no ano de 1881. Também exerceu atividades docentes e administrativas na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, atuando como lente e diretor.

Membro ativo do Partido Liberal, teve uma participação ativa na vida pública nacional. Foi nomeado por Cansanção de Sinimbu para ocupar o cargo de Conselheiro do Ministério dos Negócios do Império em 15 de janeiro de 1878, assumindo a denominada Pasta dos Negócios do Império que, dentre muitas questões, tratava da instrução imperial. Foi eleito deputado pela província de São Paulo nesse mesmo ano, permanecendo na Câmara até 1881 (Machado, 2006).

Como Ministro do Império, tomou medidas importantes para a educação brasileira, produzindo um vasto conjunto de obras composto por decretos, textos, documentos, relatórios, pareceres, artigos, dentre outros. Entre seus feitos como Ministro do Império, destaca-se a realização de uma ampla reforma que leva seu nome, na qual proporia diversas mudanças para o ensino primário, secundário e superior em todo o país, instituída por meio do Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879, conhecido como *Reforma Leôncio de Carvalho*.

A nomeação de Leôncio de Carvalho foi noticiada por *A Escola* na segunda edição do ano de 1878 da revista, na seção *Boletim*, destinada ao fornecimento de informações e atualizações sobre a situação da educação imperial. Com um teor de entusiasmo e esperança, mas também de crítica velada, os editores desse impresso, atentos às mudanças no campo da instrução pública, redigiram um pequeno texto informando

sobre a posse do novo Ministro, o que revela o seu interesse em acompanhar e avaliar os movimentos de Leôncio de Carvalho desde a sua nomeação:

Ministério do Império - Para exercer as importantes funções d'este cargo, foi nomeado por Decreto de 5 do corrente o Sr. Dr. Carlos Leoncio da Silva Carvalho.

Intelligencia robusta, lente distincto da Faculdade de Direito de S. Paulo, moço laborioso, o paiz tem o direito, por todos estes predicados, de esperar que S. Ex., faça uma brilhante administração, elevando o professorado á altura em que elle se acha nos paizes civilisados e dando toda latitude possivel a instrucção popular sem o que as idéas do partido á que S. Ex. pertence, não pódem fructificar. A Escola saúda pois, á S. Ex., cheia de esperanças (A Escola, 1878, p. 21).

É possível perceber que os editores de *A Escola* põem em destaque a formação acadêmica e trajetória de Leôncio, distribuindo diversos elogios ao novo Ministro. Ao mesmo tempo, eles parecem utilizar essas mesmas qualidades para exigir do Ministro uma administração condizente com suas qualificações. Além disso, afirmavam que as ideias defendidas pelo partido de Leôncio só poderiam frutificar mediante o aperfeiçoamento da instrução pública, o que sugere que, para os editores, tais pensamentos ainda não tinham base real ou prática, isto é, que o partido defendia ideias desconectadas da realidade brasileira, que dependiam de um nível de instrução que o país não tinha naquele momento.

Ao longo do ano de 1878, outros textos direcionados ao Ministro são publicados na revista. Inicialmente, todos possuíam um tom amplamente respeitoso e dedicavam numerosos elogios à figura de Leôncio, destacando a sua formação e posição social, enquanto faziam continuamente pedidos de melhoria das condições da instrução imperial. Convencidos de que a esse impresso cabia a função de zelar pelo professorado brasileiro, os editores de *A Escola* deixam evidente a sua posição diante do novo Ministro: a de vigiar seus atos e cobrar medidas voltadas para o aperfeiçoamento da instrução pública.

Os editores de *A Escola* pareciam ter muitas expectativas, esperando que o Ministro do Império resolvesse uma série de questões que perpassavam o âmbito educacional, especialmente em relação às condições de trabalho dos professores. Discutia-se, assim, a necessidade de resolver a demora no pagamento do vencimento dos professores públicos da corte, os problemas decorrentes da divisão do trabalho escolar em duas sessões, e os excessivos descontos nos honorários dos professores. Além disso, caberia ao Ministro intervir em situações e irregularidades, como desvios na verba destinada à instrução imperial, problemas na inspetoria geral da instrução primária e secundária do município da Corte.

Na edição seguinte ao anúncio da nomeação de Leôncio de Carvalho, por exemplo, *A Escola* publicou uma petição do magistério público do Rio de Janeiro, dirigida ao Ministro, pedindo melhores condições salariais e de trabalho. No texto introdutório que acompanhou a petição, os editores da revista davam indícios de que se dedicariam a acompanhar os movimentos feitos pelo novo Ministro. Por meio de uma escrita respeitosa e repleta de elogios à formação de Leôncio, explicavam que o Ministro fazia “[...] parte do corpo docente de uma das nossas faculdades, e tem aprofundados estudos em materia de instrucção publica; e por tudo isso o magisterio publico fluminense tem o direito de ter os olhos fitos em S. Ex.” (A Escola, 1878, p. 7).

Dentre o que era esperado em termos de ações de Leôncio de Carvalho, manifestado na petição coletiva publicada no impresso, podemos citar: que fosse feita a revisão da redução dos vencimentos salariais dos professores para 600\$000 anuais, que havia sido determinada por um decreto de 1877, mas que contradizia a lei anterior de 1873, que determinava um aumento de 50% sobre os vencimentos; que o desconto máximo

nos vencimentos não ultrapassasse 250\$000, como previa a legislação de 1873; que fossem restabelecidos os antigos horários de funcionamento das escolas, pois a atual organização em dois turnos aumentava o volume de trabalho dos professores, sem o aumento adequado da remuneração; e, por fim, que as escolas femininas voltassem a funcionar apenas no período da manhã, visto que as famílias de trabalhadores não tinham como custear o transporte das filhas quatro vezes por dia.

Gondra (2015) cita como temas recorrentes em *A Escola* a formação e carreira magisterial, salário e debates sociológicos do ofício. Segundo esse autor, a publicação constante de artigos sobre as condições de trabalho dos professores pela revista “se faz presente para denunciar os baixos salários, condição agravada pelos constantes atrasos de pagamento, sobretudo do magistério primário” (Gondra, 2015, p. 112).

Esperava-se não só que o novo Ministro atendesse a uma série de pedidos dos professores e assegurasse o cumprimento da lei, mas que reconhecesse *A Escola* como a interlocutora legítima entre o magistério e o poder imperial. Em um dos artigos publicados no impresso, os editores expressaram esse desejo de serem lidos e estimados pelo Ministro: “E S. Ex. ha de nos lêr com respeito, estamos certos disso, porque se acostumou a ouvir de nossa boca, desde a sua tenra idade, palavras revestidas de senso, de verdade, de respeito, e sobretudo, de muita dignidade” (*A Escola*, 1878, p. 230). Assim, *A Escola* buscava legitimação do Estado, ao mesmo tempo em que tentava influenciar a nova administração e despertar a sua sensibilidade acerca dos problemas do magistério, recorrendo a elogios e frases de apelo moral para, a partir disso, justificar pedidos específicos que beneficiariam os professores e que confirmariam a autoridade da revista no campo da instrução pública.

Portanto, ao longo das primeiras edições de 1878, *A Escola* buscou construir um discurso de confiança com o Ministro do Império, na esperança de que ele finalmente daria atenção às demandas do magistério e promoveria uma reorganização efetiva do ensino imperial. No entanto, à medida que o ano avançava, o suposto comportamento inadequado de Leôncio e a ausência de respostas às reivindicações dos professores começaram a gerar inquietações que se manifestariam nos textos publicados pelo periódico. O que é possível observar, a partir de então, é uma mudança gradual no discurso dos editores, que passa de um entusiasmo inicial para uma crescente decepção, transformada em críticas mais diretas, ainda que formuladas com a devida cautela, diante da constatação de que o Ministro parecia não estar disposto a resolver os problemas enfrentados pelos professores.

## ***A Escola* e as críticas à administração de Leôncio de Carvalho**

No decorrer do ano de 1878, os editores de *A Escola* mantém um tom respeitoso e elogioso para se dirigirem ao Ministro do Império, no entanto, foi possível notar uma diferença significativa na forma como o discurso passou a ser construído. A reverência permaneceu, mas passou a ser acompanhada de exigências cada vez maiores e mais explícitas sobre o que Leôncio deveria fazer enquanto ministro para corresponder às expectativas depositadas nele. Assim, o discurso assume um tom mais crítico e o impresso passa a evidenciar problemas concretos e urgentes do ensino público, indicando, em seguida, quais deveriam ser as ações de Leôncio para resolvê-los.

As páginas do impresso eram comumente dedicadas à denúncias acerca da má administração do dinheiro público, apontando até mesmo casos de desvios da verba destinada à instrução. Por exemplo, em um texto publicado na edição n.12, de 23 de Março de 1878, a revista se posiciona sobre um episódio no qual o Sr. Barão de S.

Felix, inspetor geral interino da instrução do Império, denunciou um caso de desvio de verba pública, e o antigo Ministro não tomou nenhuma providência acerca da questão. O periódico publicou um excerto da carta recebida de Barão de S. Felix:

[...] quanto aos moveis [...], impressionado pelos altos preços que custavam alguns desses objectos, comprados por um agente ad hoc nomeado pelo governo, abri franca concorrência e achei quem os fornecesse por preço inferior [...]. Remettendo tal proposta a quem devia aceitar ou rejeitar, nenhuma resolução foi tomada. (A Escola, 1878, p. 177).

Em seguida, os editores de *A Escola*, em um tom de absoluta indignação, denunciam e questionam a indiferença da gestão anterior, recomendando que o fato seja reconhecido pelo Ministro Leôncio de Carvalho e que providências sejam tomadas:

Reconhece-se lesão enorme para os cofres publicos; o chefe da repartição, indigna-se, leva o facto ao conhecimento do Ministro e immediatamente lhe aponta providencia; é questão de honra; e o Ministro conserva-se indiferente?!

Por honra nossa: esse ministro não foi o Conselheiro Leoncio de Carvalho, urge entretanto que S. Ex. conheça do facto, e que tome por si mesmo a providencia que em sua sabedoria entender, pois é certo que amanhã terá de auctorizar a compra de moveis para muitas escolas que deles estão desprovidas. [...] A Escola nutre a esperança de que S. Ex., que tem feito da instrução pública objeto dos seus estudos de predileção, e que por ela já tanto fez na Província de S. Paulo, curará de reformar o actual irregular estado de coisas. (A Escola, 1878, p. 178)

Ao analisarmos o discurso dos editores do impresso, é possível perceber que criticam a gestão anterior à Leôncio de Carvalho e o distinguem do erro cometido, reafirmando confiança em sua integridade, assim como em sua capacidade moral e técnica. Nesse sentido, ao eximir o novo Ministro da falha, eles o colocam como único capaz de corrigi-la, reforçando tanto sua autoridade quanto sua responsabilidade, e combinando elogio e cobrança como recursos discursivos de persuasão simbólica. Esse movimento nos revela uma luta de representações (Chartier, 1990), na medida em que *A Escola* disputa os sentidos sobre o que seria uma boa administração pública e qual o papel moral de um ministro na condução da instrução. Além disso, evidencia também o lugar que esse impresso buscava ocupar de mediador legítimo entre o Estado e o magistério.

Em um outro artigo, que tratava da falta de fornecimento de livros e móveis para as escolas, os editores de *A Escola*, após denunciar o estado precário em que se encontravam os estabelecimentos de ensino público, convidam o Ministro Leôncio de Carvalho a visitá-los para que pudesse pessoalmente comprovar a situação: “[...] não queremos que o S. Exc. o Sr. ministro do imperio (a quem presente nos dirigimos) preste inteiro credito ás nossas palavras; mas instantemente lhe rogamos se digne pessoalmente visitar as nossas escolas, e só assim se persuadir [...]” (A Escola, 1878, p. 113).

Novamente, percebemos que os colaboradores do impresso, ao mesmo tempo em que denunciam os problemas recorrentes na instrução pública e cobram de Leôncio uma atitude, eximem o Ministro de qualquer culpa, alegando que “É certo que por estes factos não póde ser responsavel o actual Sr. ministro do imperio que ainda ha pouco recebeu a investidura do poder; mas, si S. Ex. não fez o mal, é todavia o unico que actualmente póde reparal-o [...]” (A Escola, 1878, p. 114). O discurso, compreendido aqui como forma de ação simbólica, nos revela as tentativas de posicionamento do impresso nas disputas por autoridade e legitimidade no campo educacional.

Podemos notar que os editores de *A Escola* inicialmente adotavam uma forma de atuação que pode ser compreendida, conforme Michel de Certeau (1994), como uma tática, uma maneira de agir e reagir diante dos limites impostos por uma estrutura de poder, aproveitando as oportunidades momentâneas para intervir nos discursos dominantes. *A Escola*, um impresso que se colocava como um porta-voz dos professores, não dispunha do poder institucional do Estado, detentor da estratégia. Nesse sentido, os editores da revista mobilizavam os recursos discursivos que tinham à disposição como uma forma de ganhar um espaço de interlocução legítima com o poder imperial, sem romper com ele. Os recursos utilizados pelo impresso foram o elogio, a deferência e o apelo moral, manejados de forma calculada para cobrar providências de Leôncio e afirmar sua autoridade como representante do magistério. Assim, buscavam conquistar um poder simbólico, preservando a imagem do atual Ministro e deslocando a crítica para as gestões anteriores.

Conforme mencionado anteriormente, em edições anteriores, *A Escola* havia convidado o Ministro Leôncio de Carvalho a visitar os estabelecimentos de ensino, argumentando que somente uma observação direta permitiria a ele compreender a realidade educacional do império. Em artigo publicado posteriormente, em outra edição, a revista noticia que o Ministro realizou, de fato, a visita às escolas, o que nos permite supor que Leôncio pode ter atendido ao apelo feito pelos editores ou que, ao menos o impresso desejava construir essa interpretação perante seus leitores, ainda que não possamos afirmar com certeza que houve uma relação direta entre o convite e a sua ação.

Ao noticiar a visita realizada pelo Ministro do Império às escolas, os colaboradores de *A Escola* alegaram que nos países clássicos o ensino recebia uma atenção mais adequada, observando ainda que, no Brasil, era raro encontrar um ministro que se dispusesse a visitar pessoalmente os estabelecimentos de ensino. Em seguida, afirmaram que não bastava uma visita pontual, convidando Leôncio de Carvalho a retornar e permanecer por mais tempo nas escolas, dedicando-se a uma análise detalhada de suas precárias condições que, segundo eles, o convenceria de que apenas dois eram caminhos possíveis: extingui-las ou reformá-las:

Nos paizes classicos, a instrucção publica é de todos os ramos de serviço aquele a que mais cuidadosamente se attende ; e a solicitude sobe ao ponto de elle quasi por si só constituir o trabalho de uma pasta. Entre nós, porém é doloroso, mas urge confessal-o, raro é o ministro que para ahi tem seriamente lançado suas vistas. Desde 1854, época da reorganisação do ensino, até hoje, póde-se dizer que temos caminhado para traz. Si o numero das escolas tem augmentado (unico melhoramento em 24 annos !) tudo o mais tem seguido caminho da dissolução. Não basta uma visita ; mas volte ainda uma vez S. Ex. áquella casa, detenha-se n'ella por algum tempo, examine-a atentamente, e certamente se convencerá de que convém—ou reorganisal-a, dando-lhe bom e completo regulamento, ou extinguil-a, porque no estado actual, ella é simplesmente. . . um escarneo (A Escola, 1878, p. 123-124).

Os indícios apontam para uma movimentação de *A Escola* para que fosse realizada uma ampla reforma no ensino público imperial. Apesar de reconhecerem que houve um aumento no número de instituições de ensino em funcionamento, os colaboradores ressaltam que não ocorreram outros avanços suficientes. Pelo contrário, afirmam que, apesar da reorganização do ensino, imposta em 1854, a educação imperial teria regredido em termos de qualidade. Por fim, sugerem que ao Ministro do Império caberia reformulá-la, criando um regulamento adequado para ela.

O texto “Inconveniente manifestação”, publicado na edição n. 26, de 29 de Junho de 1878, evidencia a crescente frustração por parte de *A Escola* em relação à atuação

do Ministro. Referindo-se ao trabalho realizado desde o período da sua nomeação, os editores direcionam-se de forma direta à Leôncio, em tom de absoluta indignação:

Sabíamos e reconhecemos-o de quanto S. Ex. é capaz; mas não fomos nem queremos ser antecipados tributando louvores e manifestações, que o nobre Ministro ainda não tem merecido. [...]

O que ha feito por enquanto o nobre Ministro?

O que ha feito à Instrucção primaria? (A Escola, 1878, p. 388)

Podemos observar que os editores criticaram diretamente o Ministro, afirmando que, apesar de reconhecerem a sua capacidade, ele não era ainda digno de elogios, pois, até aquele momento, nada havia feito em prol das questões educacionais do Império. Ressaltaram, ainda, o papel de destaque de *A Escola* e seus colaboradores na vigilância e discussão dos problemas educacionais: “Temos felizmente quem raciocine, quem pense, quem fale, quem escreva e sobretudo quem conheça as conveniencias moraes e sociais. No dia que o Sr. Ministro do Imperio o merecer [...] será cunhada a moeda de nossa gratidão. (A Escola, 1878, p. 388).

Nas edições seguintes, o que se evidencia é um tensionamento crescente entre impresso e Estado, decorrente de uma nítida decepção com a atuação do Ministro Leôncio de Carvalho. Os editores se dedicam a criticar duramente a legislação educacional vigente. Por exemplo, o decreto de 18 de Janeiro de 1877, que determinou um novo regulamento às escolas públicas de instrução primária, é discutido pelos editores. Segundo eles, dos 26 artigos que compunham o decreto, apenas dois estavam sendo efetivamente executados, os quais somente traziam prejuízos à instrução pública:

E é forçoso que digamos, tem-se decorrido mais de anno e meio desses 26 artigos só dois têm sido executados!

E são:

O que argumentou a quota com que contribuiam os professores para o aluguel dos commodos occupados por elles nas casas em que funccionam as escolas, diminuindo assim à maioria desses tão mal retribuidos educadores da mocidade, a quantia de 30\$ em seus vencimentos mensais.

O outro artigo é o que determina o trabalho escolar em duas sessões!!! de manhã, desde 9 horas até ao meio-dia, e à tarde desde 3 até às 6 horas, no verão, ou das 2 às 5 no inverno; sendo facultado ao inspetor geral permitir, se julgar conveniente, ouvidos os respectivos delegados, que nas escolas sub-urbanas seja elle feito em uma só sessão (A Escola, 1878, p. 390).

Assim, *A Escola* destacou que a legislação vigente não só não estava sendo totalmente cumprida, como denunciou que apenas uma parte dela, aquela prejudicial aos professores, era executada. Sobre o trabalho escolar em duas sessões, os editores apontaram ainda que a ideia já havia sido implementada no regulamento de 17 de fevereiro de 1854, sendo executada por pouco tempo, devido às inúmeras reclamações dos pais dos estudantes. Nesse sentido, a revista criticou o fato de uma ideia já mal sucedida no passado ter surgido novamente e ter sido incluída no novo regulamento.

Os editores apresentaram uma série de inconveniências do regulamento, especialmente para os alunos, provenientes, em sua maioria, de classes menos favorecidas que “[...] não podem deixar suas occupações, e não dispõem de criados para fazerem quatro viagens diariamente no trajecto de ida e volta à escola” (A Escola, 1878, p. 390). Para eles, as aulas em duas sessões aumentariam consideravelmente os transtornos e às despesas às famílias, devido às divisões de refeições, o maior

gasto com roupas e calçados, além do tempo maior “perdido” nas ruas, que conseqüentemente, traria mais indisposição para o trabalho intelectual dos professores e dos estudantes ao realizar suas lições após o jantar, entre outros problemas.

Após expressarem a sua insatisfação e distribuírem críticas à atual situação educacional, os editores constantemente reforçavam a esperança de finalmente serem lidos e atendidos pelo Ministro: “Ao concluirmos, alenta-nos a esperança de que o Sr. professor Dr. Carlos Leoncio de Carvalho, nos lendo, achará que temos razão, e que o Sr. conselheiro ministro do império, Dr. Carlos Leoncio de Carvalho providenciará” (*A Escola*, 1878, p. 391). Percebemos aqui, um apelo direto a Leôncio, numa tentativa de lembrá-lo de sua formação como professor e, com isso, sensibilizá-lo sobre a causa educativa e as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos.

Possivelmente, ao evocar a identidade docente do Ministro, os editores de *A Escola* agiam de forma tática, buscando aproximá-lo das demandas da categoria e reafirmar a legitimidade das reivindicações apresentadas. Este era um recurso discursivo recorrente no periódico, que procurava articular elogio e crítica, denúncia e esperança, na expectativa de que a condição de “colega” de profissão de Leôncio de Carvalho o levasse a “tomar as dores” dos professores e se dispor a solucionar seus problemas.

Ao longo de 1878, desde a nomeação de Leôncio de Carvalho como Ministro do Império, as publicações de *A Escola* revelam uma dinâmica complexa, expressa pelo entusiasmo inicial com a nova administração, até a decepção e indignação decorrente da ausência de mudanças e melhorias significativas. Nesse contexto, para não romper com o poder imperial, o periódico fez uso da tática (Certeau, 1994) para denunciar as fragilidades da legislação educativa, a má administração, inclusive a de Leôncio, e as dificuldades cotidianas enfrentadas por professores e alunos. Ao distinguir, inicialmente, o atual Ministro dos erros das administrações anteriores e reiterar sua confiança em sua capacidade técnica e moral, os editores reforçavam o seu lugar simbólico como representantes do magistério e disputavam, no campo educacional, a definição do que seria uma boa condução da instrução pública, assim como o respeito e a atenção de Leôncio de Carvalho.

O tensionamento crescente que se seguiu no decorrer do ano de 1878, registrado nas páginas da revista, evidenciou a decepção dos editores com as atitudes do novo Ministro, que não correspondiam às expectativas depositadas nele, principalmente pela ausência de medidas consideradas por *A Escola* como necessárias naquele momento. No entanto, é possível perceber que, apesar de o discurso ter adquirido um tom mais crítico do que elogioso, permanecia a tentativa de manter aberta a possibilidade de diálogo e influência, revelando que os editores ainda buscavam a legitimidade do poder imperial, pois só assim reafirmariam o papel político de *A Escola* enquanto imprensa pedagógica capaz não apenas de influenciar a opinião pública, mas também de pressionar o Estado por mudanças e melhorias “urgentes” na instrução.

## **Considerações finais**

O presente artigo teve como objetivo analisar treze textos publicados no impresso carioca *A Escola* ao longo do ano de 1878, que se dirigiam a Leôncio de Carvalho, após sua nomeação como Ministro do Império. O estudo permitiu observar as expectativas do periódico em relação à posse do novo Ministro e as tensões que se seguiram no decorrer do ano e de sua atuação.

Os textos analisados indicaram algumas pistas dos tensionamentos em torno da instrução pública que envolveram a época e de como esse tema era discutido nas páginas do periódico. Ao autoproclamar-se impresso representante do magistério, *A Escola* buscou assumir a responsabilidade de vigilância da educação imperial e, conseqüentemente, dos direitos dos professores e alunos, acompanhando as medidas efetivadas pelo Estado com o intuito de avaliá-las e denunciar possíveis problemas recorrentes. Nesse sentido, a chegada de Leôncio ao Ministério não passaria despercebida pelos editores do impresso, que prontamente utilizaram *A Escola* para expor suas ideias e expectativas sobre a sua nomeação.

Observamos como os discursos veiculados no periódico oscilaram entre a esperança de uma possível mudança com a chegada do novo Ministro do Império, especialmente perceptível no anúncio de sua nomeação por *A Escola*, e a cobrança por medidas concretas voltadas para a melhoria da instrução pública. No entanto, mesmo quando apresentavam críticas à administração de Leôncio, os editores mantinham o tom elogioso e respeitoso, haja vista que buscavam garantir o bom relacionamento com o Estado, do qual dependiam para reforçar a legitimidade de *A Escola* como revista oficial do magistério. Esse movimento complexo reflete tensões mais amplas do período e culmina na decepção crescente manifestada pelos editores diante da atuação do Ministro, considerada por eles insatisfatória.

Nesse contexto, este estudo nos permitiu perceber os embates que envolveram a instrução pública no final do século XIX e o papel do impresso *A Escola* como interlocutor ativo nas discussões sobre esse tema. Ao iluminar as táticas discursivas empregadas pelos editores da revista e, conseqüentemente, as tensões que atravessaram o debate educacional do período, esperamos contribuir para a compreensão da participação histórica da imprensa pedagógica na construção de sentidos sobre a educação e do seu papel como espaço de intervenção política do magistério.

## Referências

- A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino*. (s.d.). Memória da Biblioteca Nacional. Recuperado em 22 de outubro de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>
- Basso, S. E. O. (2005). *O debate sobre a educação no Segundo Reinado e a reforma Leôncio de Carvalho de 1879* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá). UEM.
- Bloch, M. (2001). *Apologia da história ou ofício do historiador* (A. Telles, Trad.). Jorge Zahar.
- Borges, A., & Lemos, D. C. de A. (2009, abril 17–18). *Os legítimos representantes da classe: Os jornais e a organização dos professores públicos primários no século XIX*. Trabalho apresentado no seminário Associativismo e sindicalismo docente no Brasil, Rio de Janeiro.
- Catani, D. B., & Bastos, M. H. C. (Orgs.). (2002). *Educação em revista: A imprensa periódica e a história da educação*. Escrituras.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: Entre práticas e representações*. Difel.
- Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano*. Vozes.
- Farias, K. S. C. dos S., Moura, A. R. L. de, & Miguel, A. (2019). Formação de professores no século XIX e a aritmética de Condorcet: Espectros de vozes em revistas da instrução pública. *Revista Exitus*, 9(2), 131–160.

- Ginzburg, C. (1999). *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. Companhia das Letras.
- Gondra, J. G. (2015). “Soldados da instrução” e a emergência da imprensa pedagógica na capital do Brasil (1877–1878). *Revista Mexicana de Historia de la Educación*, 2(5), 97–177.
- Gondra, J. G. (2020). Imprensa pedagógica e profissionalização do magistério: O caso do *The American Journal of Education* (1855–1881). *Quaestio: Revista de Estudos em Educação*, 22(1), 15–37.
- Machado, M. C. G. (2006). Carlos Leôncio de Carvalho. In J. C. Lombardi, D. Saviani, & M. I. M. do Nascimento (Orgs.), *Navegando pela história da educação brasileira* [CD-ROM]. FE; HISTEDBR.
- Machado, M. C. G. (2009). Os projetos de reforma da escola pública no Brasil propostos entre 1870 e 1886: A ênfase na formação moral do cidadão. *Quaestio: Revista de Estudos em Educação*, 7(2), 1–12.
- Pesavento, S. J. (2008). *História & história cultural* (2ª ed.). Autêntica.
- Ribeiro, P. R. M. (1993). História da educação escolar no Brasil: Notas para uma reflexão. *Paidéia*, 4, 15–30.
- Saviani, D. (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Autores Associados.

## **Contribuição dos autores**

**Conceituação:** Bruna Teixeira Carneiro.

**Localização da fonte:** Bruna Teixeira Carneiro, Milene Moraes de Figueiredo.

**Metodologia:** Bruna Teixeira Carneiro.

**Análise:** Bruna Teixeira Carneiro, Milene Moraes de Figueiredo; Larissa Oliveira Machado.

**Redação — rascunho original:** Bruna Teixeira Carneiro, Milene Moraes de Figueiredo, Larissa Oliveira Machado.

**Redação — revisão e edição final:** Bruna Teixeira Carneiro, Milene Moraes de Figueiredo, Larissa Oliveira Machado.

## **Uso de Inteligência Artificial (IA)**

As autoras declaram que não utilizaram ferramentas de Inteligência Artificial na elaboração deste manuscrito.

## **Agradecimentos**

Agradecemos a professora Olivia Moraes de Medeiros Neta pelas contribuições na fase de conceituação da pesquisa e do texto por ocasião da Oficina de Escrita científica em História da Educação, em 2025.

## Notas

---

<sup>i</sup> Nesse período, destacou-se também a *Reforma Benjamin Constant* (Decreto nº 981, de 8 nov. 1890). Além disso, conforme discorre Machado (2009), diversos projetos de reforma foram apresentados no Império, entre eles os de Paulino José Soares de Souza (1870), Antônio Cândido Cunha Leitão (1873), João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874), Almeida de Oliveira (1882) e Barão de Mamoré (1886).

<sup>ii</sup> De acordo com Gondra (2015), há um exagero nessa afirmação, pois, no momento de nascimento de *A Escola*, outros impressos pedagógicos já circulavam no país, como *A Instrução Pública* (1872), *A verdadeira Instrução Pública* (1872) e *Sentinela da Instrução* (1875).

<sup>iii</sup> .Apesar de não recorrermos intencionalmente a uma análise cronológica, foi possível notar que certos movimentos discursivos adquirem maior centralidade conforme o ano de 1878 avança. Ressaltamos que não se trata de uma mudança linear, mas de uma reconfiguração gradual, em que o tom crítico passa a se destacar diante das expectativas frustradas em relação à atuação do Ministro.